

# ANÁLISE DE ACERVO LITERÁRIO E EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICORACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Barbara Tainan Rosario da Silva<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Professora da Educação Básica. Leciona nas Redes Públicas Municipais de Educação nos Municípios de São Gonçalo (SEMED-PMSG) e do Rio de Janeiro (SME-PCRJ). Integrante do Grupo de Estudos/ Pesquisa Educação, Luta de Classe e Perspectiva Antirracista (ELCA – UERJ).

## RESUMO

A presente explanação consiste em apresentar dados, ainda iniciais, acerca do levantamento de títulos que compõem o acervo da “sala de leitura” da Creche Municipal Virgínia Lemos, na cidade do Rio de Janeiro. A Creche Municipal Virgínia Lemos, inaugurada em 1996, através da Líder Comunitária Nazareth Ferreira da Silva, está localizada no território do Complexo do Caju, na Comunidade Parque Alegria, no bairro São Cristóvão, região central da cidade do Rio de Janeiro (doravante RJ).

Sob forte perspectiva assistencialista, em seu nascedouro, a instituição era mantida por meio de doações de diferentes grupos e organizações. As reivindicações e lutas para sua existência estavam pautadas na necessidade das mulheres da comunidade, majoritariamente negras, pobres, periféricas e mães solo, trabalharem fora e, ao mesmo tempo, terem um local seguro para deixar seus filhos durante esse período, sem precisar pagar por isso.

Atualmente, a Creche Municipal Virgínia Lemos é uma instituição pública de Educação Infantil e está subordinada à Prefeitura do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação (SME/RJ). Essa reorganização se deu a partir de modificações nas legislações educacionais, uma vez que a Educação Infantil passa ser uma etapa da educação básica, sob a pasta do Ministério da Educação. É importante ressaltar que a creche atua em horário integral e tem capacidade física para atender noventa e seis crianças, de 2 a 5 anos de idade e onze meses (Educação Infantil), sendo duas turmas de Maternal I, duas turmas de Maternal II e duas turmas de Pré-escola I.

Os objetivos deste trabalho envolvem realizar um levantamento para catalogar o acervo, identificando os títulos que tratam das temáticas afrobrasileiras, africanas e indígenas. Além disso, visamos identificar quais destes títulos são de autoria negra e/ou indígena e, por fim, analisar como as referidas temáticas são abordadas. Isto é, se os exemplares voltados à Lei 11.645/08 estão condizentes com o que fora definido pela legislação, bem como as potencialidades e as fragilidades. Por fim, analisamos o papel da Gerência de Relações ÉtnicoRaciais (GERER) na aquisição desse acervo e na formação dos professores.

A escola e a Educação Infantil são espaços políticos, com vivências e produções de saberes das crianças, a partir das crianças, com as crianças e para as crianças, sob a mediação e a curadoria de pessoas adultas, professores e educadores. É preciso firmar e reafirmar intencionalidade pedagógica em cada prática. Nesse sentido, a análise dos livros infantis que são utilizados com e pelas crianças faz-se necessária.

Há uma crescente na produção de materiais voltados às temáticas afrobrasileira, africana e indígena, então examinar essas produções que adentram a sala de leitura Virgínia Lemos é uma ação que caminha lado a lado e no mesmo compasso para a real efetivação de uma educação para as relações étnicoraciais.

Em janeiro de 2003 foi sancionada a Lei 10.639/03, tornando obrigatório o Ensino da História e da Cultura Africana e Afrobrasileira nas escolas públicas e privadas de todo país. Posteriormente, em março de 2008, a referida Lei foi alterada pela Lei 11.645/08, incluindo em seu texto o ensino da História e da Cultura dos povos Indígenas brasileiros.

No contexto da promulgação da Lei 11.645/08, à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96) foi acrescida o Artigo 26A e, com isso, a necessidade de modificações ao currículo da Educação Básica. Assim, as instituições de ensino e os professores estavam diante da responsabilidade e do compromisso com uma educação em que a atuação afrobrasileira, africana e indígena na formação do país fosse apresentada de forma que não houvesse uma abordagem que contribuísse para a divulgação de estereótipos racistas. Uma tarefa complexa, haja vista a dificuldade em afirmar a existência

de racismo na sociedade brasileira.

Passados 22 anos da Lei 10.639/03 e 17 anos Lei 11.645/08, é uma realidade o desconhecimento de profissionais da educação sobre sua existência, a falta de materiais pedagógicos disponíveis nas escolas e a ausência de formações comprometidas com o cumprimento da Lei. Ainda é comum que ações pontuais pelo 19 de abril e pelo 20 de novembro permaneçam como comemorações, sem embasamentos, como perfumarias e fantasias. Cabe destacar que a luta para que a história e cultura afrobrasileira, africana e indígena fossem ensinadas nas escolas é, na verdade, uma demanda historicamente reivindicada no cenário nacional, para que então se concretizasse em forma de lei na área da educação, em âmbito federal.

A sua origem está pautada nos movimentos de resistência empreendidos pelas populações indígenas, negras e africanas submetidas ao Tráfico Atlântico e à escravização; à permanência das desigualdades entre negros e não negros mesmo após o fim da escravidão; à luta do Movimento Negro por igualdade de direitos. A criação da Lei e posteriormente sua promulgação se deu com o objetivo de valorização das identidades negra e indígena, reparação histórica e o reconhecimento das diferenças. Sendo assim, não se pode perder de vista o caráter popular dessa conquista, pois foi um movimento que se deu de baixo para cima, ou seja, foi possível em virtude das reivindicações populares e não em decorrência da boa vontade dos governantes, ainda que negociações e acordos políticos tenham acontecido.

Essa proposta justificase devido à relevância da Literatura na promoção de uma educação antirracista já na Educação Infantil, haja vista a promulgação da Lei 10.639/03, atualizada para 11.645/08, que versa sobre o ensino da história e cultura afrobrasileira e indígena nos currículos da educação básica em escolas públicas e privadas do Brasil.

Dentre as autoras e os autores que alicerçam teoricamente esse percurso, destacamos Azoilda Trindade (Valores Civilizatórios Afrobrasileiros); Kabengele Munanga (Negritude e Identidade negra no Brasil atual); Nilma Lino Gomes (O Movimento Negro Educador). Uma vez que são intelectuais pioneiros e de grande relevância que dialogam com o campo das relações raciais, das literaturas e da Educação Infantil. Essa é uma análise quali-quantitativa do acervo, que constitui também uma ferramenta metodológica de catalogação e organização. Além disso, considerase relevante observar a identificação racial das autoras e dos autores dos livros presentes no acervo, a partir dos papéis sociais e das narrativas históricas, políticas e sociais no contexto brasileiro.

Nesse primeiro momento, ainda sem resultados definitivos, foi possível identificar, na base de dados da Unidade Escolar, mais de 400 livros cadastrados, exemplares únicos e muitos títulos com duas ou mais tiragens do mesmo exemplar, temas e assuntos variados, que estão de acordo com os documentos e especificidades da Educação Infantil. Até o momento, já foram contabilizados 80 títulos sinalizando as temáticas afrobrasileiras, africanas ou indígenas, isto é, contendo título, personagens e/ou enredo com o recorte aqui investigado.

Em suma, a identificação desses elementos é um ponto relevante, a análise dos livros é necessária para que a educação das relações ÉtnicoRaciais não seja atravessada por equívocos, estereótipos e retrocessos.

**Palavraschave:** Lei 11.645/08; Relações ÉtnicoRaciais; Educação Infantil; Literatura Infantil

## **REFERÊNCIAS:**

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 10.639**, de 09 de janeiro de 2003. Brasília: MEC, 2003

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 11.645**, de 10 de março de 2008. Brasília: MEC, 2008.

GOMES, Nilma Lino Gomes. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2012.

TRINDADE, Azoilda Loretto da. Valores Civilizatórios Afrobrasileiros na educação. **Boletim do MEC**, Valores afrobrasileiros na Educação, v. 22, 2005.